



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

### ANEXO V

#### **(MINUTA DE CONTRATO Nº XX/XXX)**

CONTRATO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO INFORMATIZADO DE MANUTENÇÃO GERAL DE FROTA AUTOMOTIVA E FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E PEÇAS QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, A UNIÃO, REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO (PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO) E, DE OUTRO, A EMPRESA XXXX, SELECIONADA ATRAVÉS DA LICITAÇÃO CORRESPONDENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026 (PGEA nº 20.02.2100.0000481/2025-45).

A **UNIÃO, de um lado** – por intermédio do MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO (Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região, inscrita no CNPJ sob o nº 26.989.715/0061-43), situado na rua doutor Poty Nóbrega, nº 1941, Lagoa Nova, Natal/RN, neste ato representado por seu Procurador-Chefe, o Excelentíssimo Senhor XXXX, brasileiro, casado, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do Ministério da Fazenda sob o nº XXXXXX, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº XXXXX/XXX, do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral do Trabalho –, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa xxxxxxxxxxxxxxxx**, – inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxx, estabelecida na xxxxxxxx, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada por seu xxxxx (cargo do representante legal), senhor(a) xxxxx, brasileiro(a) ou xxx, casado(a) ou xxxxx, empresário(a) ou xxxxx, inscrito(a) no Registro Geral (RG) sob o nº xxxxx, emitida pela SSP/xx, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do Ministério da Fazenda sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxx – daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**; tendo em vista o contido no Procedimento de Gestão Administrativa (PGEA) nº 20.02.2100.000481/2025-4, referente ao Pregão Eletrônico nº 90001/2026 e seus anexos, em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 14.133/21 – combinadas com as dos Decretos nº 3.555/2000, 9.507/2018 e 10.024/2019 –, e na Lei nº 8.078/90; celebram este instrumento contratual para a prestação dos serviços de apoio administrativo.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1. Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços contínuos de administração e gerenciamento informatizado de manutenção geral de frota automotiva e de fornecimento de combustíveis e peças, para atender à demanda da Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

2. A contratação não gerará vínculo empregatício entre a Contratante e os empregados da Contratada, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO E LEGISLAÇÕES PERTINENTES**

1. A prestação dos serviços ora contratados obedecerá ao quanto estipulado nos seguintes documentos, que fazem parte integrante e complementar deste Termo, independentemente de transcrição, naquilo que não o contrariem: termo de referência, seus anexos, e proposta de preços apresentada pela Contratada, constantes do PGEA nº 20.02.2100.000481/2025-45, referente ao Pregão Eletrônico nº 90001/2026.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

1. Exercer a fiscalização do contrato por meio de servidor/equipe designado, a quem competirá dirimir dúvidas que surgirem na sua execução.
2. Efetuar os devidos pagamentos pelos serviços, nos termos da avença.
3. Demais obrigações constam do “Item 1” da Seção XXVII do Termo de Referência (Anexo I do PGEA nº 20.02.2100.000481/2025-45).

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

1. Cumprir fielmente o estipulado no presente Termo, no Edital e seus Anexos e na sua proposta.
2. Iniciar a prestação dos serviços contratados na data pactuada neste contrato, responsabilizando-se integralmente por ele.
3. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste termo.
4. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
5. Designar e manter preposto para representá-la quando da execução do contrato, informando os seus dados cadastrais.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

6. Demais obrigações constam do “Item 2” da Seção XXVII do Termo de Referência (Anexo I do PGEA nº 20.02.2100.000481/2025-45).

**CLÁUSULA QUINTA – DAS CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DOS SERVIÇOS**

1. A Contratada deve contar com rede de estabelecimentos comerciais credenciados para atender aos veículos pertencentes à frota da Contratante, os quais estão localizados nas sedes da PRT 21ª, em Natal-RN, na PTM de Mossoró/RN e da PTM de Caicó/RN.
2. Demais especificações dos serviços a serem prestados constam do Anexo I do respectivo Edital, particularmente nas suas Seções VII a VIII.

**CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E SUA PRORROGAÇÃO**

1. O presente contrato terá vigência inicial de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir do dia **XX/XX/XXXX**.
2. Por interesse da Administração, este contrato será prorrogado, mediante celebração de termo aditivo, por iguais e sucessivos períodos, limitada sua duração a 120 (cento e vinte) meses, caso sejam preenchidos, SIMULTANEAMENTE, os requisitos abaixo enumerados:
  - a) os serviços foram prestados regularmente;
  - b) a Administração tem interesse na realização do serviço;
  - c) o valor do contrato é vantajoso, ou seja, quando for igual ou inferior ao estimado pela Administração para a realização de nova licitação; e
  - d) a Contratada mantém as condições de habilitação e qualificação exigidas

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

1. As despesas contratuais serão atendidas, no exercício de 2025, à conta da Categoria Econômica: 3.0.00.00 – Despesas Correntes: 3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas: 3.3.90.30 material de Consumo e 3.3.90.39 Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, do Programa de Trabalho 03.062.0581.4262.0001, constante do vigente Orçamento Geral da União, e, no próximo exercício, à conta da dotação orçamentária prevista para atender despesas da mesma natureza.
2. Para a cobertura das despesas relativas ao corrente exercício, foi emitida a **Nota de Empenho nº xxxxNExxxx, de xx/xx/xxxx, no valor de R\$ xxx (xxxxx)**.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

**CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR DOS SERVIÇOS**

1. Conforme a proposta de preços apresentada, a Contratada receberá da Contratante os seguintes valores, totalizando um valor bianual estimado de R\$ xxx (xxx).

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DE FROTA AUTOMOTIVA					
Item	Descrição do Objeto	Valor Estimado	Percentual de Desconto	Valor do Desconto	Valor Total Estimado
I	Gestão de frota – serviço de administração e gerenciamento informatizado de <b>manutenções preventiva e corretiva</b> de frota automotiva.	R\$ 30.000,00	xxx %	R\$ xxx	R\$ xxx
II	Gestão de frota – serviço de administração e gerenciamento informatizado de fornecimento de <b>combustíveis</b> para frota automotiva.	R\$ 123.200,00	xxx %	R\$ xxx	R\$ xxx
III	Gestão de frota – serviço de administração e gerenciamento informatizado de <b>fornecimento de peças</b> para frota automotiva.	R\$ 35.600,00	xxx %	R\$ xxx	R\$ xxx
VALOR GLOBAL ESTIMADO * [VG = VT1 + VT2 + VT3]					R\$ xxx

2. Os percentuais das taxas incidirão, obrigatoriamente, sobre os valores dos respectivos serviços de manutenção geral e/ou fornecimento de combustíveis e peças.

3. No valor dos serviços contratados incluem-se os custos relacionados com remuneração, encargos sociais, trabalhistas e outras despesas incidentes direta ou indiretamente sobre o objeto contratual, assim como taxas, impostos, tributos, seguros, além de despesas decorrentes do emprego, aplicação e utilização de ferramentas, equipamentos e acessórios – inclusive com fornecimento de materiais de consumo, entre outros.

4. Também estão incluídas no valor dos serviços as despesas devidas à realização de trabalhos auxiliares que viabilizem a execução desses serviços e as perdas ou desperdícios de insumos diretos e indiretos, tais como despachantes, deslocamentos de funcionários, transporte de materiais, ferramentas e equipamentos, utilização de veículos, impressões de documentos e limpeza, entre outros, mesmo que não haja sua discriminação específica na planilha de custos e formação de preços e nos demais itens deste contrato.

5. Tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão desses para mais ou menos, conforme o caso.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

6. Nas prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no 1º ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação. Poderão, ainda, ser negociados itens das Planilhas de Custos e Formação de Preços.

**CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE DE DA REPACTUAÇÃO**

1. Conforme definido na Seção XIII do Termo de Referência, o critério de seleção de proposta no certame foi o de maior desconto ofertado (ou menor taxa administrativa) para os serviços demandados, com amparo no artigo 7º do Decreto 10.024/2019.
2. Tendo em vista a natureza do objeto, a proposta da Contratada (Taxa Administrativa) é fixa e irreeajustável durante toda a execução do contrato, inclusive eventuais prorrogações.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO**

1. A extinção deste contrato se dará nos termos dos artigos 106, inciso III, ou 137 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas legalmente previstas.

**1.1.** No caso de rescisão provocada por inadimplemento da Contratada, a Contratante poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

2. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a Contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a Contratante adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

3. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada do Procurador-Chefe desta Procuradoria Regional do Trabalho.

4. O contrato poderá ser extinto unilateralmente pela Administração, nos casos de retardamento na execução do contrato, inexecução parcial ou inexecução total do objeto, sem prejuízo da aplicação das sanções nele previstas e em legislação específica.

5. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada do Procurador-Chefe desta Procuradoria Regional do Trabalho.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

**CLÁUSULA ONZE – DA TRANSFORMAÇÕES DA CONTRATADA**

1. Ocorrendo transformação empresarial, o contrato poderá ser mantido com a Contratada, ou cedido ou transferido, mediante prévia autorização por escrito da Contratante, desde que:

- a) não se verifique fraude à licitação;
- b) a empresa Contratada remanescente, ou a beneficiária da cessão ou da transferência, demonstre possuir as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital ao qual está vinculado este contrato; e
- c) a empresa beneficiária da cessão ou da transferência declare, por escrito, a assunção da responsabilidade por eventuais débitos trabalhistas e previdenciários que venham a ser apurados, decorrentes da execução deste contrato.

**CLÁUSULA DOZE – DA SUBCONTRATAÇÃO**

1. Sob nenhum pretexto ou hipótese poderá a Contratada subcontratar os serviços objeto deste contrato, não podendo, assim, transferir a outrem, no todo ou em parte, o Contrato, sem prévia e expressa anuência da Contratante.

**CLÁUSULA TREZE – DOS ACRÉSCIMOS, SUPRESSÕES E ALTERAÇÕES**

- 1. A Contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos, supressões e alterações que se fizerem necessários, até o limite de 25% do valor inicial atualizado da contratação, observando-se os casos previstos na Lei nº 14.133/2021.
- 2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes poderão ultrapassar o limite indicado de 25% (vinte e cinco por cento).

**CLÁUSULA QUATORZE – DAS VEDAÇÕES (DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA)**

1. É vedado à Contratada caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, OU interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da Contratante, salvo nos casos previstos em lei.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

**CLÁUSULA QUINZE – DA GARANTIA CONTRATUAL**

1. Como garantia integral das obrigações assumidas – inclusive indenizações a terceiros e multas que venham a ser aplicadas, conforme o disposto nos artigos 96 a 98 da Lei n.º 14.133/2021, a Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de assinatura do presente contrato, prestará à Contratante a garantia corresponde a 5% do resultado da soma dos valores globais estimados da contratação.

1.1. Ela terá validade de 90 dias após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

1.2. Ela será liberada ou restituída em até 03 meses após o término do contrato, desde que se verifique o integral cumprimento das obrigações contratuais, salvo a parcela descontada em virtude da aplicação de penalidades.

2. Para corrigir eventuais imperfeições verificadas na execução deste Contrato, ou no caso de ocorrer a sua rescisão por culpa exclusiva da Contratada, a Contratante poderá utilizar-se dessa garantia, revertendo-a a seu favor, na sua totalidade ou pelo saldo que apresentar, sem prejuízo de outras sanções.

3. Se o valor da garantia prestada for utilizado pela Contratante para o pagamento de qualquer obrigação decorrente da execução deste Contrato, a Contratada obrigará-se a fazer a respectiva reposição no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data em que for formalmente notificada.

4. Havendo acréscimo ou supressão de serviços, a garantia será acrescida ou suprimida, conforme o caso, guardada sempre, em todas as hipóteses, a proporção de 5% sobre o valor atualizado do contrato.

**CLÁUSULA DEZESSEIS – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

1. A Contratada deverá atender à Lei nº 13.709/2018 (LGPD), observando, em especial, o quanto estabelecido a seguir.

1.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

**1.2.** As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

**1.3.** As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

**1.4.** Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o Contratante, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da Contratada, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação (listar outros, quando cabível).

**1.5.** A Contratada declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo Contratante.

**1.6.** A Contratada fica obrigada a comunicar ao Contratante em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

**1.7.** A Contratada, quando do encerramento do contrato, exceto se abrigados pelo disposto nos incisos do artigo 16 da LGPD, fica obrigada a eliminar todos os dados pessoais obtidos em razão da execução do contrato. O Contratante deverá ser formal e justificadamente comunicado da eventual impossibilidade da eliminação de dados pessoais que não se enquadrem na hipótese legal acima mencionada.

**CLÁUSULA DEZESSETE – DAS PENALIDADES E DOS RECURSOS**

**1.** Pelas infrações decorrentes da contratação assumida, a Contratada estará sujeita às sanções previstas neste instrumento, na Lei nº 14.133/2021 e observará o disposto na Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de setembro de 2023, na Instrução Normativa DG/PGT nº 02/2024, e nas demais normas pertinentes.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

Divisão de Administração – Seção de Licitação e Compras

Rua dr. Poty Nóbrega, nº 1.941, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59056-180

Contatos: (84) 4006-2800 – prt21.da@mpt.mp.br – www.prt21.mpt.mp.br

**CLÁUSULA DEZOITO – DOS CASOS OMISSOS**

1. Conforme normas e princípios gerais dos contratos, os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, nos demais regulamentos e normas administrativas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/990 (Código de Defesa do Consumidor), que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de sua transcrição.

**CLÁUSULA DEZENOVE – DA PUBLICAÇÃO**

1. A divulgação do presente instrumento e de seus aditamentos deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de sua assinatura, a ser realizada pela Contratante, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no respectivo sítio eletrônico oficial, na forma prevista nos artigos 91, *caput*, e 94 da Lei n.º 14.133/2021.

**CLÁUSULA VINTE – DO FORO**

1. Fica eleito o foro do Juízo Federal da Cidade de Natal/RN para dirimir as questões oriundas deste instrumento, com exclusão de qualquer outro.

**CLÁUSULA VINTE E UM – DA CONCORDÂNCIA**

1. Por concordarem e se submeterem às cláusulas deste contrato, as partes e testemunhas assinam este instrumento, em formato eletrônico, para validade do quanto pactuado.]

Natal/RN, xx de xxx de xxx.

**PARTES:**

Xxx, pela Contratante.

Xxx, pela Contratada.

**TESTEMUNHAS:**

Xxx, CPF nº xxxxxxxxxxxx

Xxx, CPF nº xxxxxxxxxxxx